

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

NADJAEL FREITAS

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: EVIDÊNCIAS A PARTIR DAS
PRÁTICAS GERENCIAIS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA
CIDADE DE GARANHUNS/PE

CARUARU
2016

NADJAEL FREITAS

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: EVIDÊNCIAS A PARTIR DAS
PRÁTICAS GERENCIAIS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA
CIDADE DE GARANHUNS/PE

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. M.Sc. José Lindenberg Julião Xavier Filho

CARUARU
2016

Catálogo na fonte:

Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 – 1878

F866a Freitas, Nadjael.
Administração financeira : evidências a partir das práticas gerenciais em micro e pequenas empresas da cidade de Garanhuns-PE. / Nadjael Freitas. – 2016.
54f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Lindenberg Julião Xavier Filho.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Administração, 2016.
Inclui Referências.

1. Pequenas e médias empresas – Garanhuns (PE). 2. Administração financeira. 3. Prática administrativa. I. Xavier Filho, José Lindenberg Julião (Orientador). II. Título.

658 CDD (23. ed.)
UFPE (CAA 2016-313)

NADJAEL FREITAS

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: EVIDÊNCIAS A PARTIR DAS
PRÁTICAS GERENCIAIS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA
CIDADE DE GARANHUNS/PE

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 07 de Dezembro de 2016

Prof.. Dr. Cláudio José Montenegro de Albuquerque
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Prof. M.Sc. José Lindenberg Julião Xavier Filho
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientador

Prof. M.Sc Elielson Oliveira Damascena
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

Prof. M.Sc. Luiz Sebastião dos Santos Júnior
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

Dedico este trabalho ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, maior líder de todos os tempos. Pois desde que saí do ventre da minha mãe, Ele tem me ajudado e me protegido com sua destra fiel. Sabe todas as minhas aflições, ansiedades, tristezas, bem como todas as alegrias. Ele tem me conduzido nas veredas da vida através de Seus ensinamentos que são fundamentais tanto para a vida material quanto espiritual e mental. Cada dia mais tenho comprovado em meu viver que estas palavras são imprescindíveis e úteis na vida daquele que as põe em prática: “E que desde a tua meninice sabes as sagradas Escrituras, que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus. Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça” (2 Timóteo 3:15,16).

Durante toda a graduação não foi diferente, o Senhor sempre esteve ao meu lado em cada momento, e me concedeu forças e paciência para concluir este curso, portanto não há ninguém mais merecedor da minha honra e adoração!

AGRADECIMENTOS

Antes de todos, agradeço ao meus Deus, Jesus Cristo, pelo Seu cuidado infindo para comigo. Ele me susteve e sustém a cada momento, concedendo-me paciência, coragem, ânimo e força para vencer as batalhas da vida. Por isso, toda gratidão, honra e adoração sejam para Ele, uma vez que sem Ele nada posso fazer (Jo 15:5).

Agradeço a minha mãe, Maria de Lourdes Freitas, mulher simples, guerreira, forte, destemida, que muito me apoiou durante esses quatro anos. Ela sempre me incentivou com suas palavras de ânimo e perseverança, dando-me a certeza de que o seu amor jamais faltará em minha vida.

Agradeço a minha irmã Cícera Maria de Freitas e meu cunhado Cícero Pedro Lira, dois anjos de Deus, que me acolheram durante um ano em seu lar no início da graduação. Sem eles não seria possível frequentar a universidade, devido à falta de moradia.

Agradeço a minha sobrinha, Amanda Freitas, pelo período de tempo em que compartilhamos convivência diária, nos esforços e dedicação a fim de concluirmos nosso curso de graduação nesta universidade.

Agradeço a todos os meus familiares e amigos pelo estímulo que sempre me proporcionaram, apoiando-me a continuar nesta jornada que por fim concluo aqui.

Agradeço aos meus colegas e amigos de turma, sobretudo, Alessandro Melo, Ewerton Carlos de Amorim Santos, Severino Ramos e Valmir Fernandes de Araújo. Grandes companheiros, os quais guardarei em minhas lembranças eternamente. Pois com eles dividi momentos de todos os tipos: alegres, tristes, estressantes, de muito aprendizado, entre outros, contudo vencemos juntos.

Agradeço ao orientador deste trabalho, professor José Lindenberg Julião Xavier Filho, pela sua dedicação e paciência que sempre teve ao orientar cada etapa deste projeto, mesmo estando atarefado com sua tese de doutorado, jamais deixou de tratar com cordialidade e boa vontade seus orientandos.

Por fim, agradeço a todos os professores que fazem parte do curso de Administração do CAA, pela sua contribuição em minha formação e na formação de todos os administradores que por lá passam. Agradeço também a todos os funcionários do Campus, que foram e são essenciais para manter em funcionamento cada setor do CAA.

“[...] chamou os doze e disse-lhes: se alguém quer ser o primeiro, seja o último de todos e o servo de todos” (Jesus Cristo, Bíblia Sagrada, Marcos 9:35)

RESUMO

Devido a sua participação no contingente de empresas, as MPEs são maioria no país, sendo responsáveis por geração de empregos e significativa fatia do PIB, colaborando assim para a manutenção da economia nacional. Tendo em vista que tais empresas são marcadas por baixa profissionalização e por conseguinte sofrem com muitos problemas de gestão, inclusive na área de finanças, esta pesquisa tem por objetivo entender a gestão financeira praticada nas micro e pequenas empresas. Para responder a tal pergunta, a pesquisa objetivou entender a gestão financeira praticada nas micro e pequenas empresas. A pesquisa é descritiva, tendo como instrumento de coleta o levantamento realizado por meio de questionário eletrônico e analisado mediante abordagem quantitativa, permitindo verificar que a gestão financeira nas MPES, embora apresentem gestores com alto grau de escolaridade, ainda mostram fraco desempenho em sua administração que é realizada com várias negligências quanto a análise dos dados fornecidos mediante resultados de instrumentos financeiros, consequentemente existe a falta de planejamento que acarreta em baixo desempenho futuro da organização. As limitações do estudo foram a não inclusão de empresas do tipo serviço e indústria, bem como pequeno número de respondentes.

Palavras-Chave: MPEs; Gestão Financeira.

ABSTRACT

Due to their participation in the contingent of companies, the MPES are majority in the country, being responsible for job creation and a significant slice of GDP, thus contributing to the maintenance of the national economy. Considering that these companies are marked by low professionalism and therefore suffer from many management problems, including in the area of finance, this research has the following question: What is the financial management practiced in micro and small companies? To answer this question, the research aimed to understand the financial management practiced in micro and small companies. The research is descriptive, having as an instrument of collection the survey conducted through an electronic questionnaire and analyzed through a quantitative approach, allowing to verify that the financial management in the MPES, although they present managers with a high level of schooling, still show poor performance in its administration that Is carried out with various negligence regarding the analysis of the data provided by results of financial instruments, consequently there is a lack of planning that leads to poor future performance of the organization. The limitations of the study were the non inclusion of service and industry type companies, as well as small number of respondents.

Keywords: *MPES; Financial Management.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. OBJETIVO GERAL.....	15
1.2. OBEJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1. GESTÃO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: CARACTERÍSTICAS DIFICULDADES	17
2.2. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS TÉCNICOS E INSTRU- MENTOS FINANCEIROS	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES E DAS ORGANIZAÇÕES	31
4.2. GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS	35
5. CONCLUSÕES.....	43
5.1 LIMITAÇÕES E OPORTUNIDADES	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE I.....	51

1. INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas quando observadas individualmente no que se refere as contribuições que podem proporcionar a economia e a sociedade de maneira geral não dizem muito.

Porém as MPE's são imprescindíveis para a economia quando observadas em sua coletividade uma vez que são maioria, representando aproximadamente 85% das empresas brasileiras (IBTP, 2013). Dessa forma as mesmas são essenciais para a manutenção do PIB devido a alta carga tributária que é arrecadada no país mediante as contribuições exigidas pelo governo às empresas, como confirmam os dados do Sebrae (2014), mostrando que 27% do PIB brasileiro é representado pelas contribuições geradas por essas organizações. Além disso, o Sebrae mostra um comparativo da produção gerada por elas no ano de 2001 que foi de R\$ 144 bilhões e 2011 com R\$ 599 bilhões, indicando que a geração da produção mais que triplicou, o que deixa claro tanto a importância quanto a pujância das micro e pequenas empresas no Brasil.

Além da participação no PIB, outro aspecto importante a ser considerado no tratamento das micro e pequenas empresas é sua base de geração de empresas, indicando que 52% do contingente de empregados do Brasil atuam nestas organizações (SEBRAE, 2014). Os empregos gerados pelas micro e pequenas empresas surgem constantemente porque estas são criadas com frequência, logo novas vagas são abertas, também surgem novos empregos por causa do seu crescimento pois são recém criadas assim estão em período de desenvolvimento (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997), consequentemente com o aumento acelerado das MPEs, estas se tornam grandes geradoras de emprego para a população.

A partir de informações de tabulações especiais do IBGE, por atividade econômica, o Sebrae (2014) em parceria com a FGV organizaram um estudo realizado no período de 2009 a 2011 que mostrou o quantitativo (porcentagem média do período) de empresas e pessoas que nelas trabalham, sendo o estudo realizado com empresas de todos os portes. No entanto, para este estudo nos restringiremos apenas aos números obtidos das micro e pequenas empresas com o objetivo de constatar a importância destas nas várias atividades econômicas. O setor de serviços compreendia 98% das MPEs e 44% do pessoal ocupado estava alocado neste setor; o

comércio constituiu-se de 99% das micro e pequenas empresas, enquanto 70% do pessoal ocupado se encontrava em tal atividade econômica; e por fim, na indústria, a porcentagem de MPEs correspondia 95% do número de empresas existentes nessa área e aqui se encontrava 42% do pessoal ocupado.

Diante desses expressivos números pode-se perceber que as micro e pequenas empresas são fundamentais para a geração de empregos e renda no país, sendo elas mantenedoras de parte significativa da economia, assim como desempenham um importante papel social, pois muitas pessoas sobrevivem por meio das oportunidades de emprego que surgem das MPEs.

Apesar de contribuírem de forma expressiva para a sociedade, as MPEs ainda hoje têm um alto índice de mortalidade, promovido por uma diversidade de fatores inter-relacionados. Segundo Ferreira *et al.* (2008) em sua pesquisa na cidade de São Paulo, foi possível constatar que os micros e pequenos fecham as portas de suas organizações logo cedo pelos seguintes motivos: não investir em inovação por achar que o cliente não se agrada do produto modificado; falta de qualidade e padronização dos produtos; **falta de planejamento**; inexperiência dos empreendedores e pouco grau de instrução; bem como pouca informação sobre o ramo em que pretendia atuar; atrair e manter clientes; e por fim verificou-se que a concorrência é outro fator muito associado as dificuldades para se manter o negócio. O mesmo estudo destaca que o encerramento das MPEs ocorre preponderantemente na esfera estratégica da organização, que em sua maioria não acontece com consequente baixo uso do planejamento estratégico.

Na pesquisa de Nascimento (2013) realizada na cidade de Florianópolis-SC, confirmam-se estes mesmos fatores que provocam a mortalidade das MPEs, com exceção do grau de instrução, pois na pesquisa deste autor verificou-se que apenas 3% dos sócios que faliram não possuíam nenhum tipo de instrução, logo o autor descartou esse fator.

No entanto, observa-se que duas cidades de grande porte e onde concentram-se enormes centros de estudos, mesmo assim ainda existe um alto índice de baixa capacitação por parte dos empreendedores no que diz respeito a sua preparação para atuar nos negócios, inclusive vale ressaltar que a gestão financeira é uma importante etapa pela qual deve passar o gestor, integrando frontalmente o planejamento estratégico.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) (2013), relata, como exposto na tabela 1.1, que os principais motivos de desaparecimento das micro e pequenas empresas brasileiras são:

Tabela 1.1: Principais motivos de desaparecimento das MPEs brasileiras

Principais motivos de desaparecimento das MPEs	Índice
Falta de planejamento e informações do mercado	41,64%
Complexidade tributária e burocracias	16,51%
Dificuldade no acesso a crédito financeiro e a investimentos	14,43%
Tecnologias de gestão complexas e de alto custo	11,76%
Brigas familiares ou de sócios	66,65%
Falência	44,27%
Encerramento espontâneo de atividades (doença, morte, falta de estímulo à manutenção do negócio)	22,51%

Fonte: IBPT (2013)

Os dados do IBPT confirmam o apontado por Nascimento *et al.* (2008), quando afirmam que a causa de maior destaque do alto nível de mortalidade dessas organizações ocorre pelo fato da inexistência formal, ou mesmo informal, de práticas de planejamento.

Em pesquisa realizada por meio da análise de 24 publicações de artigos compreendidas entre o período do ano 2000 até 2010, Albuquerque e Filho (2011), constataram que os fatores de mortalidade das MPEs são muitos, e que nenhum fator por si só pode explicar a precoce morte dessas empresas, tais fatores estão interligados podendo provocar sucesso ou insucesso. Entretanto, os autores explicitam que a maior causa de fechamento dessas empresas está relacionada a não existência de um planejamento estratégico formal, em que mais de 50% dos estudos analisados apontavam para tal evidência.

Na tabela 1.2, verifica-se a mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras, as quais no primeiro ano de vida, 16% delas acabam fechando. Entre 1 e 9 anos de existência a tendência é esta porcentagem cair, no entanto entre 10 e 20 anos este número aumenta

significativamente para 23,69%, o que comprova a veracidade da falta de planejamento estratégico citada por vários autores em suas pesquisas, visto que as organizações desaparecem justamente no médio e longo prazos que são períodos nos quais devem ser estabelecidas metas, objetivos, planos a fim de prever os possíveis problemas que possam surgir, bem como seu imediato controle. E essas atividades fazem parte da cúpula organizacional, que no entanto não são aplicadas muitas vezes nas MPEs, deixando a organização despreparada.

Tabela 1.2: Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras

IDADE POR OCASIÃO DA MORTE	Frequência %	Frequência acumulada %
entre 0 e 1 ano	16,32%	16,32%
entre 1 e 2 anos	9,84%	26,16%
entre 2 e 3 anos	7,98%	34,14%
entre 3 e 4 anos	6,02%	40,16%
entre 4 e 5 anos	4,79%	44,95%
entre 5 e 6 anos	4,11%	49,06%
entre 6 e 7 anos	3,99%	53,05%
entre 7 e 8 anos	4,01%	57,06%
entre 8 e 9 anos	3,17%	60,23%
entre 9 e 10 anos	3,26%	63,49%
entre 10 e 20 anos	23,69%	87,18%
entre 20 e 30 anos	9,55%	96,73%
entre 30 e 40 anos	2,57%	99,30%
entre 40 e 50 anos	0,67%	99,97%
entre 50 e 75 anos	0,02%	99,99%
entre 75 e 100 anos	0,01%	100,00%
Mais de 100 anos	0,00%	98,17%

Fonte: IBPT (2013)

Como consequência do elevado índice de mortalidade das empresas desse segmento surge o desemprego, que por sua vez também suscita várias outras consequências. De acordo com Baraglio (2008), os custos do desemprego afetam sobretudo aquele que foi despedido, pois este muitas vezes não tem o seguro desemprego, em contrapartida recai sobre quem fica

empregado os impostos e tributos elevados para pagar parte dos custos do desempregado. Ainda segundo a mesma autora o desemprego é o primeiro fator que acarreta em pobreza.

Além disso, o desemprego leva a outras questões muito mais profundas, sociais, econômicas e até mesmo psicológicas. Isso foi constatado na pesquisa de dissertação de mestrado de Magalhães (2007), onde discutiu que as pessoas têm muitos traumas porque perderam seus empregos e se veem inseguros quanto ao futuro, pois não sabem como poderão se manter no tocante a alimentação, saúde, educação, etc., provocando uma sensação de indignidade àqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Também vale ressaltar que o encerramento de micro e pequenas empresas afeta seus proprietários, como ratificou Battistella (2012) em sua pesquisa, deixando nítido que o empreendedor falido, além de muitas vezes ter custos financeiros, apresenta distúrbios emocionais que podem levá-lo a depressão e outras mazelas ou até mesmo a cogitar o suicídio, fazendo com que esses indivíduos não queiram nem mesmo falar sobre o assunto, logo as chances de abrir outro negócio são remotas e o insucesso acarreta uma menor propensão à outra iniciativa empreendedora

Apesar das micro e pequenas empresas serem de grande relevância para a performance socioeconômica de qualquer nação, sua gestão parece não integrar o foco de estudo da administração, uma vez que esta se concentrou historicamente em grandes corporações para constituir sua teorização, ademais os modelos teóricos são desenvolvidos tendo como fundamento as organizações estrangeiras que em geral são de médio grande porte (SILVA *et al.*, 2008).

Assim, a pesquisa teórica por temas de micro e pequenas empresas é escassa em nosso país, principalmente quando se trata de temas relacionados a gestão financeira, que segundo Ribeiro, Corrêa e Souza (2012), ao investigarem os periódicos nacionais de administração no período do ano 2000 a 2010, sendo analisados 216 artigos constataram que apenas 2 deles abordavam tema relacionado a finanças.

As micro e pequenas empresas têm grande peso na economia do país, gerando empregos, renda, tributos, riquezas, etc., além de ter um papel social muito importante pois fazem parte da vida de muitas pessoas que ali estão empregadas, lhes outorgando estabilidade social, já que muitas vezes não encontram empregos em grandes corporações. Diante disso, as MPes surgem como necessárias à manutenção do coletivo, da sociedade em última análise.

Por tudo isso estudar as MPEs é vital para se conhecer como a economia nacional funciona e, neste ínterim, a gestão financeira tem sido apontada como um dos principais fatores de encerramento precoce. Tendo como base inicial os pontos acima abordados, surge a seguinte a seguinte problemática: **Como ocorre a gestão financeira nas MPEs?** O objetivo se apresenta, então, em entender a gestão financeira praticada nas micro e pequenas empresas. O capítulo 2 corresponde ao referencial teórico, no capítulo 3 são detalhados os procedimentos metodológicos e os resultados expostos no capítulo 4 e no capítulo 5 as conclusões.

1.1. OBJETIVO GERAL

Entender a gestão financeira praticada nas micro e pequenas empresas de Garanhuns/PE.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Verificar as dificuldades na área de finanças enfrentadas pelos micro e pequenos empresários;
- Identificar os instrumentos financeiros utilizados pelas micro e pequenas empresas.

1.3. JUSTIFICATIVA

Devido a sua quantidade numerosa as micro e pequenas empresas são fundamentais para a manutenção da economia a nível nacional e mundial, visto que elas produzem parte substancial dos serviços e produtos oferecidos no mercado e na medida em que proporcionam novos empregos, elas incorporam inovações (são nessas empresas que geralmente surgem novos produtos, pois as grandes organizações buscam aprimorar aqueles que já existem),

incentivam a competição, ajudam as grandes organizações nas tarefas que estas preferem incumbir a terceiros, etc (LONGENECKER, MOORE E PETTY, 1997).

Diante disso, é inegável a importância do estudo das MPEs tanto para academia quanto para o segmento empresarial apontado neste estudo.

No que se refere a contribuição acadêmica, este trabalho torna-se pertinente pelo fato de encontrar-se pouco material disponível acerca da área de finanças (RIBEIRO; CORRÊA; SOUZA, 2012), e menos ainda pesquisas são encontrados quando se trata de finanças em micro e pequenas empresas, pois os estudos acadêmicos estão voltados de maneira substancial para as grandes organizações. Neste sentido, esta pesquisa será uma colaboração para o aumento número de pesquisas deste tema negligenciado pelo mundo acadêmico, além de levar o leitor/estudante a entender como ocorre a gestão financeira nas micro e pequenas empresas, favorecendo a formação de futuros administradores e possibilitando conhecimento útil para a continuidade desses empreendimentos.

Tendo em vista que a gestão das MPEs comumente é praticada de forma pouco profissional, sem a devida capacitação dos gestores (BATTISTELLA, 2012), sobretudo quando se fala em gestão financeira, o que acarreta o baixo desenvolvimento da empresa. Esta pesquisa pode servir de subsídio para que os administradores deste segmento de empresas compreendam a importância da gestão financeira ser praticada de forma eficiente na empresa uma vez que essa gestão pode lhes trazer lucros e crescimento ou prejuízos e até mesmo encerramento da empresa.

De acordo com a pesquisa de Castaldo (2007), os administradores dessas organizações enfrentam dificuldades em sua gestão financeira por não saberem utilizar os instrumentos financeiros adequadamente. Por meio deste estudo será possível transparecer como ocorre a gestão financeira dessas organizações, bem como os instrumentos financeiros que mais e menos são utilizados pelos micro e pequenos empresários. Assim a partir dos resultados da pesquisa tais administradores têm a oportunidade de rever suas técnicas, caso não proporcionem eficiência na gestão dos recursos disponíveis na organização.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. GESTÃO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES

De acordo com Longenecker, Moore e Petty (1997), alguns critérios podem ser utilizados para se medir o tamanho de uma organização, ressaltando que alguns desses critérios são aplicáveis em todos os setores industriais, enquanto outros são aplicados apenas em certos tipos de negócios. O mesmo autor destaca os seguintes exemplos para medir tamanho:

1. Número de empregados
2. Volume de vendas
3. Valor dos ativos
4. Seguro da força de trabalho
5. Volume de depósitos

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte instituída em 2006, que reza sobre o tratamento diferenciado e favorecido às MPEs, define microempresa aquela que está de acordo com os trâmites legais, bem como auferir anualmente a receita bruta inferior ou igual a R\$ 360.000,00 e, como empresa de pequeno porte, aquela que obteve de receita bruta anual o valor superior à R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00.

Para classificar o porte das empresas o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas utiliza o critério por número de empregados do IBGE, em que pode-se também observar a classificação da empresa de médio porte, descrita no quadro 2.1.

Quadro 2.1: Classificação do tamanho da empresa por número de empregados

INDÚSTRIA		SERVIÇO	
Tamanho empresa	Nº Empregados	Tamanho empresa	Nº Empregados
Micro	Até 19	Micro	Até 9
Pequena	De 20 a 99	Pequena	De 10 a 49
Média	De 100 a 499	Média	De 50 a 99
Grande	Mais de 500	Grande	Mais de 100

Fonte: Sebrae-NA/ Dieese. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa (2013)

De acordo com Leone (1999), as empresas de médio e pequeno porte têm suas próprias características advindas da gestão que é praticada nessas organizações. A seguir, no quadro 2.2, estão listados três agrupamentos de especificidades das médias e pequenas empresas, segundo a supracitada autora:

Quadro 2.2: Especificidades das pequenas e médias empresas

Especificidades Organizacionais	Especificidades Decisionais	Especificidades Individuais
Pobreza de recursos Gestão centralizada Situação extra organizacional incontrolável Fraca maturidade organizacional Fraqueza das partes no mercado Estrutura simples e leve Ausência da atividade de planejamento formal Fraca especialização Estratégia intuitiva e pouco formalizada Sistema de informações simples	Tomada de decisão intuitiva Horizonte temporal de curto prazo Inexistência de dados quantitativos Alto grau de autonomia decisional Racionalidades econômica, política e familiar	Onipotência do proprietário-dirigente Identidade entre pessoa física e jurídica Dependência ante certos empregados Influência pessoal do proprietário-dirigente Simbiose entre patrimônio social e patrimônio pessoal Propriedade dos capitais Propensão a riscos calculados

Fonte: Adaptado de Leone (1999).

Além disso, Neto e Junior (2006) relatam que as particularidades gerais das médias e pequenas empresas destacam-se pelos seguintes fatores: “baixa intensidade de capital, forte

presença de proprietários sócios e membros da família empregados como mão-de-obra, poder decisório centralizado, estreito vínculo entre os proprietários e as empresas e baixo investimento em inovações tecnológicas.”

Essas organizações enfrentam várias dificuldades pois em sua maioria não dispõem de recursos e profissionalismo que são evidentes nas grandes corporações. Logo essas desvantagens se tornam empecilho no cotidiano da gestão da empresa. Diante disso, as dificuldades de tais empresas ocorrem mesmo antes de serem abertas, visto que elas são criadas sem nenhum planejamento prévio, acarretando em sérios problemas na administração financeira, gestão de pessoas, TI, etc., o que resulta em encerramento prematuro de suas atividades. Outros problemas referem-se a não preparação para suportar os impactos do ambiente externo, os quais a empresa não tem controle. (NETO; JUNIOR, 2006).

Corroborando o que relata Neto e Junior (2006), Leone (1999) afirma que os pequenos e médios empresários não tem um planejamento estratégico pronto e declarado àqueles que fazem parte da organização, pois o dirigente-proprietário está muito próximo de seus colaboradores para lhes explicar as mudanças de direção quando preciso for. Ademais, esses gestores têm um contato direto com seus colaboradores, pois a administração é centralizada, de modo que o próprio dono é o responsável por tomar as mais diversas decisões organizacionais. Por não haver um planejamento prévio, visando antecipar as soluções de problemas, a empresa se torna turbulenta abrindo espaço para um cenário de decisões organizacionais caótico, por tomar decisões precipitadas.

Em sua pesquisa, Silva *et al.* (2008) constataram que os pequenos empreendedores que têm delineado um planejamento, mostrando maior profissionalismo, geralmente apresentam organizações que possuem um maior faturamento e melhor remuneram seus proprietários. Em contrapartida, aqueles com menor profissionalização apresentaram resultados divergentes, sendo menor faturamento, menor renda mensal individual e familiar e menor grau de escolaridade. Assim, conclui-se que a falta de profissionalismo (planejamento) é um grave entrave para o desenvolvimento da organização, pois o dirigente está desprovido de mecanismos de gestão que podem auxiliá-lo em sua administração. É importante reconhecer que a administração é uma atividade meio para alcançar os objetivos da organização e, por isso, conta com o planejamento para maximizar o êxito de suas práticas, de suas ações.

Essa situação de pouco ou nenhum planejamento acomete as organizações, pois seus gestores confiam apenas na sua experiência prática negligenciando o auxílio das teorias de administração que devem ser estudadas com o objetivo de melhorar os processos e a gestão organizacional em suas diversas áreas.

Essa situação é evidenciada no estudo realizado por Battistella (2012), em que aponta a inabilidade gerencial como uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos gestores, bem como uma das principais causas de encerramento das MPEs visto que os gestores de pequenas empresas analisados apresentaram ter falta de conhecimento necessário para manter a empresa no mercado.

Além disso, é relatado no mesmo estudo que existe uma forte política de que o importante está na proximidade do dono em relação a produtividade dos colaboradores, pois assim ele poderá monitorar de perto tudo que acontece sem a necessidade de aplicar conhecimentos teóricos, práticas de controle oriundas de planejamento operacional. Para Leone (1999, p. 93), “o perfil do dirigente de pequena ou média empresa é mais de um estrategista que corre riscos do que o de um administrador-gestonário que procura aplicar uma estratégia minimizando os riscos”.

Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT, 2013), o não crescimento das MPEs ocorre, sobretudo, por causa do sistema tributário brasileiro, uma vez que as micro e pequenas empresas permanecem voluntariamente no regime do Simples Nacional (regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), com o objetivo de fugir da carga tributária exacerbada que é imposta as empresas de maiores porte.

Isso é comprovado a partir dos dados do próprio IBPT, nos quais apenas 7,19% resolvem sair espontaneamente deste regime e 62,03% que deixam esse regime se endividam em menos de 2 anos devido à alta carga tributária. Diante desse contexto, existe um forte desincentivo para que as micro e pequenas empresas cresçam e passem para outro regime tributário.

Outra dificuldade enfrentada por esse segmento de empresas é a questão da cultura familiar, em que são atribuídas funções aos parentes do dono ou dos sócios, que segundo Battistella *et al.* (2012), os gestores de tais empresas optaram por contratar parentes por causa

da confiança que depositava nos mesmos, visando assegurar que possíveis desfalques não ocorressem por meio de funcionários não pertencentes a família do proprietário. Entretanto, essa medida se tornou com o passar do tempo um problema, já que geralmente os parentes contratados não possuem a qualificação necessária para exercer suas funções e consequentemente o despreparo profissional dos colaboradores-parentes causa até mesmo a baixa rentabilidade.

Ainda a mesma pesquisa relata que existe a influência e interferência dos familiares na tomada de decisão, ocasionando conflitos visto que o gestor toma alguma decisão e posteriormente o familiar toma outra que contradiz a decisão tomada anteriormente, ou seja, são os “mandos e desmandos”.

Na pesquisa de Castaldo (2007) foram evidenciados problemas de recursos humanos, ocasionados pela falta de mão de obra, pois as grandes empresas captam para si os profissionais capacitados, visto que lhes oferecem melhores benefícios (vale transporte, vale saúde, alimentação, auxílio creche, entre outros) os quais as micro e pequenas empresas não podem ofertar aos seus colaboradores.

Ainda segundo a mesma pesquisa as MPEs enfrentam empecilho no que se refere a gestão financeira, tomando a segunda posição como maior problema encontrado. Nesta área verificou-se que a complexidade está na consolidação do controle de recursos e nas atividades básicas de finanças: elaboração do fluxo de caixa e formação do preço de venda.

Ademais, a concorrência foi outra questão a ser destacada, pois 27% dos pequenos empresários declararam ser esta uma dificuldade que assola a condução do negócio, já que existem muitas empresas, as quais buscam oferecer os melhores produtos e serviços tornando a competitividade acirrada. Ainda nessa ideia a pesquisa ministrada por Ferreira *et al.* (2008) mostra que o percentual foi de 66% aqueles que disseram ter entraves por causa da concorrência.

São vários os problemas que dificultavam o bom desempenho das micro e pequenas empresas. Dentre os principais encontram-se como a falta de planejamento, escassez de recursos, pouco profissionalismo, o sistema tributário com seus altos índices de impostos e burocracia. Ademais a gestão financeira também está entre esses principais problemas que assolam o bom desenvolvimento dessas organizações (CASTALDO, 2007), (SILVA *et al.*,

2008) uma vez que apresenta-se uma situação de falta de estrutura neste setor (VIANNA; GONÇALVES, 2011).

Apesar da importância da MPEs para a sociedade no tocante a economia, geração de emprego e renda, etc., este segmento parece ter recebido escassa relevância da academia, ainda mais ao se tratar da área financeira. Como aponta Muniz, Schwarz e Siqueira (2009?), os pesquisadores de finanças destinam pouca atenção para as micro e pequenas empresas, concebendo uma quantidade de estudos que não devem ser considerados como equivalentes a importância deste segmento para o país. Rodarte, Muyllder e Assis (2009) e Ribeiro, Corrêa e Souza (2012) constataram que ainda existe pouco interesse por parte dos pesquisadores acerca deste tema.

2.2. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS TÉCNICOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para Gitman (2004) finanças é definida como a “arte e a ciência da gestão do dinheiro”. O mesmo autor diz que todas as pessoas, organizações e órgãos governamentais praticam transferências de dinheiro e por isso a área de finanças estuda os processos, mecanismos, instrumentos e instituições associadas a essas transferências. Assim é essencial compreender essa área para que seja possível tomar as melhores decisões financeiras, quer decisões que afetam uma única pessoa ou uma organização.

De acordo com Groppelli (2010) finanças são a execução de vários princípios econômicos e financeiros com o objetivo de maximizar os ganhos ou os ativos totais de uma empresa. Essa execução, como foi apresentada na introdução, representa o objetivo da gestão. Dessa forma a empresa usará sua riqueza investindo em projetos e contraindo ativos, os quais em combinação devem fomentar lucros e ao mesmo tempo gerar os menores riscos.

O papel do administrador financeiro está diretamente vinculado à tesouraria, onde este tem por função básica cuidar das transações financeiras que são realizadas na empresa, controlando as entradas e saídas, bem como conservar o retorno exigido pelos acionistas (FAE BUSINESS SCHOOL, 2002), o que lhe confere uma função estratégica na organização. Assim ele se preocupa também com as atividades de planejamento e análises financeiras, bem

como com a tomada de decisão acerca de investimentos e financiamentos (GITMAN, 2004), sejam operacionais ou não-operacionais.

Uma ocorrência clássica na administração financeiras das micro e pequenas empresas refere-se a negligência dos empresários em não separar as finanças empresariais das pessoais. Isso foi comprovado na pesquisa de Santos, Ferreira e Faria (2009), na qual 68,2% dos empresários praticam retiradas do caixa para promover gastos com a família, como consequência, caso essa prática não seja bem programada e controlada, isso pode assolar a liquidez da empresa prejudicando seus compromissos no tocante às obrigações de curto prazo.

Muitos pequenos empresários que têm problemas financeiros demonstram inabilidade no tocante a sistemas contábeis ocasionando insucesso empresarial, isso acontece porque o pequeno empresário não acha necessário manter o controle das informações financeiras, já que ele está diretamente envolvido nas etapas operacionais do cotidiano, contudo essa é uma crença nada correta e enganosa (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Esse problema foi constatado na pesquisa de Vianna e Gonçalves (2011), na qual 80% dos empresários entrevistados disseram não ter um funcionário exclusivo responsável pela administração financeira da empresa, assim qualquer pessoa fica encarregada das finanças ou na maioria das vezes próprio dono, que além de realizar diversas outras tarefas se ocupa também das atividades financeiras. E na mesma pesquisa constatou-se que a maioria das MPEs que possuem um funcionário exclusivo para tal função, este não possui um curso de especialização na área, logo evidencia-se um despreparo para gerir as finanças da organização, embora já haja especialização funcional envolvendo rotinas financeiras.

Segundo Gropelli (2010), o administrador financeiro precisa estar ciente das mudanças que ocorrem no contexto ambiental da empresa, tanto aspectos internos quanto externos devem ser analisados a fim de saber lidar eficazmente com as mais variadas situações que possam ocorrer por meio de métodos e ferramentas gerenciais as mais sofisticadas possíveis ao seu alcance para, assim, poder planejar com mais eficácia em um ambiente de elevada competitividade.

Na pesquisa de Vianna e Gonçalves (2011) ratificou-se que essa atitude dos gestores responsáveis pelas finanças é algo que se torna complexo de ser praticado nas micro e pequenas empresas devido a seu pouco conhecimento bem como limitada formação.

A seguir serão apresentados alguns instrumentos financeiros que são essenciais para o controle da administração financeira de quaisquer empresas.

Fluxo de caixa segundo a definição do Sebrae (2011), constitui-se em projeções futuras de entradas e saídas que serão realizadas pela empresa em determinado período, indicando como será o saldo para tal período. Ele deve servir para controle das finanças e sobretudo como ferramenta para auxiliar na tomada de decisões.

O fluxo de caixa é um demonstrativo financeiro que mostra as variações que ocorreram em um certo período de tempo na posição de caixa da empresa (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Conforme Gitman (2004, p. 40) a demonstração de fluxo de caixa:

[...] resume os movimentos de entrada e saída de caixa durante o período considerado. Ela oferece uma visão dos fluxos de caixa operacionais, de investimento e financiamento da empresa e concilia tais fluxos com as variações dos saldos de caixa e aplicações em títulos negociáveis nesse período.

As pesquisas de Azevedo e Leone (2011) e Borges e Leal (2012) confirmaram que o instrumento financeiro mais utilizado pelos gestores na micro e pequenas empresas é o fluxo de caixa, visto que é uma ferramenta básica da Administração Financeira e que torna-se essencial para qualquer empresa ter um mínimo de controle de suas finanças e realize seus planejamentos.

A partir das informações do fluxo de caixa será possível calcular o ponto de equilíbrio que “identifica o intervalo de uma estimativa dentro do qual ocorre o resultado esperado” (LAPPONI, 2007, p. 410). Quando os custos totais se igualam as receitas totais encontra-se então o ponto de equilíbrio. Acima de tal ponto há lucro, abaixo dele existe prejuízo (Neto, 2014). Dessa forma, o ponto de equilíbrio mostra o mínimo que deve ser vendido para que a igualdade entre custos e receitas ocorram.

O fluxo de caixa é importante também para determinar o melhor momento para reposição do estoque em função dos prazos de pagamento e da disponibilidade de caixa. (SEBRAE, 2010).

De forma ampla, os estoques podem ser conceituados como os materiais, mercadorias ou produtos mantidos materialmente pela empresa, na espera de adentrarem no ciclo de produção, de seguir seu rumo produtivo normal ou de serem comercializados (NETO, 2014).

O controle de estoque tem por objetivo de maneira geral “dispor de bens certos nas quantidades certas e na hora e no local certos” (LONGENECKER, MOORE, PETTY, 1997, p. 502). Dessa forma, Neto (2014) ressalta que é sempre importante evitar quantidades demasiadas de estoques, as quais, em atribuição de provocar maior lentidão ao giro dos ativos, diminuem a rentabilidade da organização.

A margem de lucro segundo o Sebrae (2015) deve ser praticada de acordo com a formação do preço de venda (que envolve o controle do empresário, no que se refere aos custos de produção, bem como aspectos fora de seu controle: o quanto o mercado está disposto a pagar) e retorno esperado para o capital investido (deve ocorrer um retorno acima do que foi investido e esse retorno pode depender do tipo de setor em que empreendeu, por exemplo: varejo, retorno de 4% sobre o total de vendas; serviço, retorno de 20% sobre o total das vendas).

Ainda na ideia representada pelas orientações do Sebrae para se chegar a margem de lucro é preciso lembrar desses dois conceitos básicos, além disso calcular os custos variáveis e os fixos a fim de serem subtraídos das vendas para se chegar ao lucro, que será dividido pela receita. Caso se encontre um resultado negativo em relação ao setor em que se atua, existe a possibilidade de analisar as vendas, pois existe uma quantidade mínima a ser vendida para fazer valer o empreendimento, bem como verificar os endividamentos para assim melhorar sua eficiência operacional.

Um instrumento financeiro também muito importante é o orçamento de caixa, o qual tem o objetivo de assegurar que empresa evite um déficit de caixa (GROPPELLI, 2010), prejudicando seus planos de financiamentos. Ainda segundo o mesmo autor, o orçamento de caixa “permite comparar os recebimentos de caixa futuros com os pagamentos de caixa futuros numa base mensal determinando o excesso ou falta de caixa mensal (GROPPELLI, 2010, p. 322).”

Outra ferramenta de grande utilidade para manutenção de qualquer organização é o capital giro, que representa todos os ativos circulantes da empresa: valores disponíveis, contas receber e estoque (FERREIRA *et al.*, 2011). Dessa forma, Longenecker, Moory e Petty

(1997) afirmam que o ciclo de capital de giro de uma empresa baseia-se no movimento de recursos através das contas da organização como quota das operações do seu cotidiano. Esses mesmos autores exemplificam como ocorre o ciclo do capital de giro: “empresas compram ou produzem estoques; vendem estes itens de estoque mediante pagamento em dinheiro ou a crédito; recebem os itens de contas a receber resultantes das vendas a crédito e a seguir reiniciam esse processo” (LONGENECKER; MOORY; PETTY, 1997, p. 553).

No que se refere ao capital de giro, na pesquisa de Santos, Ferreira e Faria (2009) verificou-se que o capital próprio (valor disponível) é utilizado como a primeira opção para que as MPEs cumpram com seus compromissos, 62,1% dos empresários disseram praticar isso. Em segundo lugar ficaram os empréstimos, em que 37, 1% dos empresários admitiram utilizá-lo. Ainda segundo a mesma pesquisa, o empreendedor na maioria das vezes usa as próprias economias para abrir seu negócio, que depois de aberto o empreendimento, ele continua a poupar reservas para possíveis eventualidades, pois a primeira opção não trará dispêndio algum, já a segunda traz consigo taxas de juros sempre bastante elevadas a serem pagas aos bancos.

A administração das contas a receber e a pagar é um aspecto muito importante para a manutenção do capital de giro, pois dirão como ficará o caixa mediante sua prática. Ao vender ao cliente permitindo-lhe obter crédito da empresa, esta concede ao seu cliente um prazo para pagamento após a venda de qualquer produto ou serviço, a esta ação denomina-se contas a receber (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Cabe a organização estabelecer seus padrões de crédito mais rigorosos ou flexíveis. Se o padrão for rigoroso poucos clientes estarão aptos ao crédito, poucas vendas surgirão e por conseguinte baixos índices de contas a receber. Entretanto, ser flexível tem suas vantagens e desvantagens, sendo vantagem o aumento nas vendas e consequentemente maior lucro, e como desvantagem um maior risco dos clientes não pagarem suas dívidas (GROPPELLI, 2010).

De acordo com o autor citado anteriormente, contas a pagar refere-se ao crédito que é dado a empresa pelos seus fornecedores, ou seja, um certo prazo para realizar seus pagamentos sem a cobrança de juros. Se não lhe fosse permitido esse crédito, seria necessário fazer um empréstimo ou usar seu capital próprio para adquirir bens ou serviços. Contudo, essa prática nem sempre é interessante para a organização compradora uma vez que em geral os

fornecedores oferecem maiores descontos quando o pagamento é realizado à vista ou em poucos dias.

Tendo disponíveis esses e outros vários instrumentos financeiros, serão auxílios para o administrador financeiro no sentido de apontar as carências de expansão da organização e identificar possíveis desajustes futuros. Ademais, com o planejamento será possível ao administrador selecionar os ativos de maior rentabilidade e convenientes com os trabalhos da empresa, com isso estabelecendo aceitável rentabilidade sobre os investimentos (NETO, 2016).

Ainda no que se refere ao planejamento financeiro, Groppelli (2010) diz que é um processo no qual se calcula os financiamentos necessários para se manter as operações de uma empresa, bem como se decide como e quando a carência de fundo será financiada. O autor ainda ressalta que é preciso haver confiabilidade neste procedimento de financiamento, pois caso algo planejado proporcione erros, isso pode fazer com que a organização não cumpra com seus compromissos (como juros de empréstimos, duplicatas a pagar, despesas de aluguel e de serviços públicos, etc.).

De acordo com a pesquisa de Silva *et al* (2008) os fatores que mais contribuem para o sucesso na gestão financeira das micro e pequenas empresas estão relacionados:

- à clara separação entre as contas pessoais do empresário e as do estabelecimento;
- à previsão dos compromissos de curto prazo;
- à existência de registros precisos de todas as entradas e saídas de caixa;
- ao conhecimento da necessidade de capital de giro;
- à utilização de controles de caixa, de contas a pagar e a receber;
- ao controle de estoques;
- à clara identificação, por parte dos dirigentes, dos custos fixos da empresa.

Dentre os instrumentos financeiros mais utilizados pelas micro e pequenas empresas estão contas a pagar, contas a receber (SOUZA *et al*, 2015; BRANDÃO *et al*, 2013), capital de giro (NETO, 2011) e controle de vendas (VIANA e GONÇALVES, 2011). Também várias pesquisas apontaram que a ferramenta mais aplicada para análise e tomada de decisões na gestão financeira dessas empresas foi o fluxo de caixa (AZEVEDO; LEONE, 2011; BORGES; LEAL, 2012; SOUZA *et al*, 2015).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2002) uma pesquisa pode ser classificada com base em objetivos e em procedimentos técnicos. Em relação a primeira classificação esta pesquisa pode ser considerada descritiva uma vez que tem como objetivo entender como funciona a gestão financeira das micro e pequenas empresas de Garanhuns - PE, para isso será realizada a descrição dos instrumentos financeiros utilizados por essas empresas.

Quanto ao procedimento técnico empregado foi utilizada a pesquisa bibliográfica a fim de colher informações de outras pesquisas de livros e de artigos para construção da fundamentação teórica. Ademais o levantamento foi outro instrumento utilizado, pois foram obtidas informações acerca da amostra de várias empresas pesquisadas (GIL, 2002). Este levantamento foi realizado por meio de questionário eletrônico e analisado mediante abordagem quantitativa.

O questionário foi desenvolvido através de instrumentos já aplicados em outras pesquisas semelhantes, tais como Santos (2009), Furlan e Cassinga (2010) e Dresch (2010), assim como questões formuladas pelo próprio autor com base no referencial teórico deste trabalho. A seguir na tabela 3.3 estão distribuídos os assuntos pesquisados, de acordo com o questionário disponível para consulta no apêndice deste trabalho, ressaltando-se que algumas questões foram repetidas por tratarem de mais de uma temática.

Tabela 3.3: Distribuição de temas no questionário

Temas	Localização no questionário
Dados pessoais do respondente	1, 2, 3 e 4
Dados da empresa	5, 6 e 7
Funcionário na área de finanças	8 e 9
Fluxo de caixa	10, 11, 12
Controle de contas a pagar	11, 14, 15, 18
Controle de contas a receber	10, 13, 14, 16, 17
Capital de giro	19, 20 e 21

Continuação da Tabela 3.3

Análise da situação financeira	22, 23, 28, 29 e 30
Estoque	24
Orçamento	11 e 25
Planejamento financeiro	11, 26, 28 e 27

Fonte: Autoria própria (2016)

A população da pesquisa estudada neste projeto trata-se de empresas de micro e pequeno porte do município de Garanhuns, Agreste de Pernambuco. Os dados foram levantados entre os meses de Setembro e Outubro de 2016, o questionário foi enviado para empresas de serviço, indústria e comércio.

Para a escolha da população poderiam ter sido organizações de qualquer região do país, dado que a intenção da pesquisa é saber como se realiza a gestão financeiras nas MPEs, independentemente se são formalizadas ou não. Diante disso optou-se pelo critério de conveniência e o de acessibilidade (VERGARA, 2005), a fim de viabilizar a pesquisa. O universo de empresas escolhido contou com uma lista de empresas participantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Garanhuns (CDL-Garanhuns), que aglomera 405 endereços de e-mails, coletados em eventos, palestras e rede de relacionamentos do orientador deste trabalho. A priori o questionário destinou-se ao gestor financeiro da organização, quando esta não tem um funcionário ou departamento exclusivo para a área, o proprietário foi o respondente.

Antes da aplicação do questionário, realizou-se um pré-teste com 6 alunos do 9º período do curso de administração para que eles avaliassem o grau de clareza e entendimento das questões, havendo apenas uma sugestão de melhoria em uma pergunta, o restante não precisou de alterações, assim obteve-se êxito no pré-teste. Com isso foi possível passar para a fase da aplicação do teste com mais segurança, subentendendo-se que os respondentes do questionário não encontrariam dificuldades em compreender as questões propostas.

Foi realizada a tentativa de enviar todos os e-mails, no entanto retornaram 40 e-mails indicando que os endereços estavam errados. Logo, foram enviados 365 e-mails, dando-se um prazo de dez dias para obtenção das respostas. Após esse intervalo de tempo, as respostas obtidas dos questionários perfizeram um total de 16, todavia 6 questionários foram anulados por apresentarem questões não respondidas. Sendo assim, foi possível aproveitar uma amostra de 10 questionários que foram respondidos completamente, apenas por empresas do tipo

comércio. O número reduzido de respondentes se deu por causa da conveniência, uma vez que pressupõe-se que seria mais prático o envio de formulários on line para as empresas, tendo em vista que os funcionários das empresas muitas vezes preferem não atender aos pesquisadores por demandar tempo. Dessa forma, o envio foi pensado e executado na tentativa de deixar o respondente mais à vontade e com mais tempo para responder.

Para análise de dados foi utilizada a técnica de estatística descritiva (média, mediana, moda) com o uso do software excel®, além de observações relatadas na fundamentação teórica.

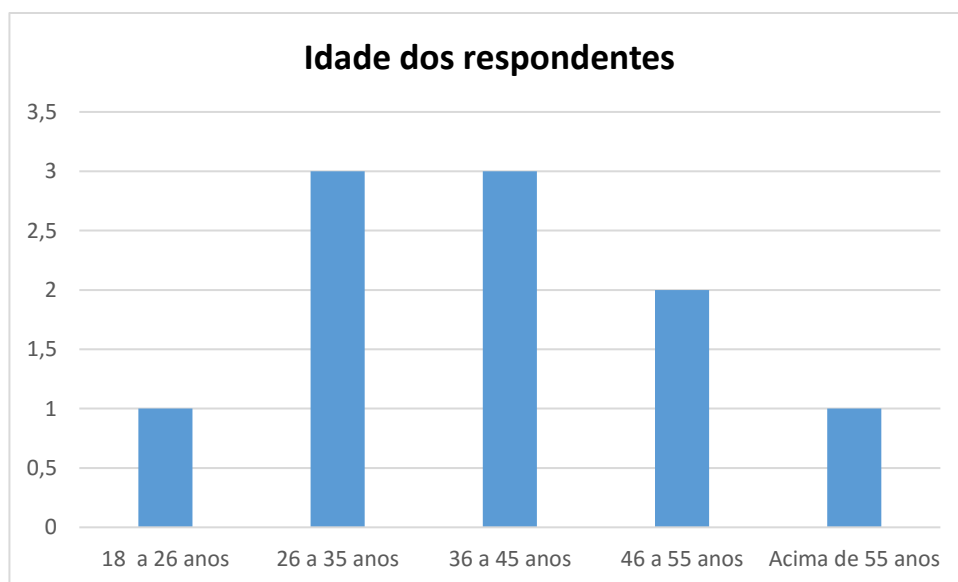
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES E DAS ORGANIZAÇÕES

A seguir serão apresentados os dados que caracterizam os respondentes, bem como as organizações estudadas, salienta-se que a caracterização será feita de forma generalizada, ou seja, não tratando-se individualmente das mesmas.

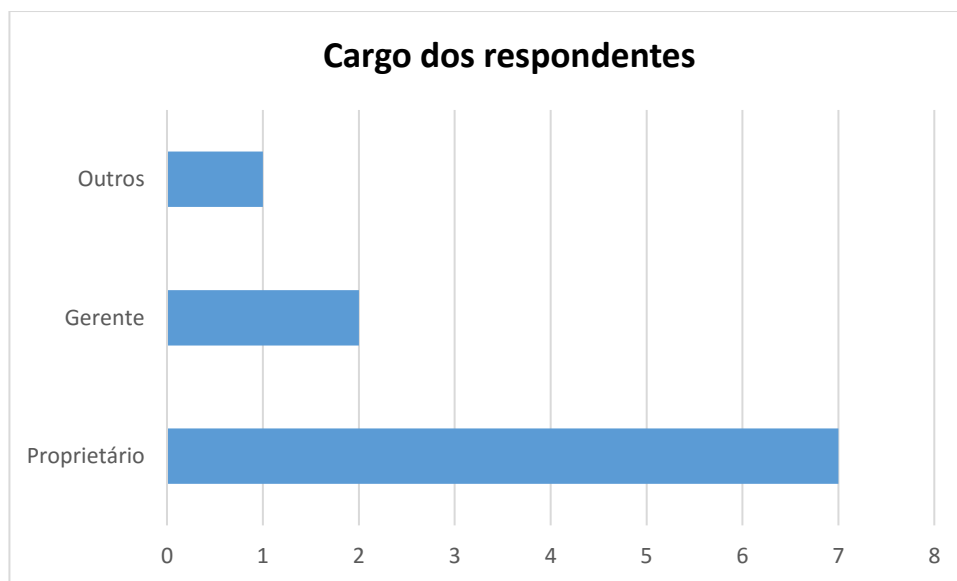
No gráfico 4.1, tem-se as idades dos respondentes do questionário.

Gráfico 4.1: Quantitativo das idades dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

É possível constatar que a maioria dos respondentes têm entre 26 e 45 anos correspondendo a 6 o número de entrevistados, assim observa-se que os respondentes estão em uma faixa etária considerada jovem. A partir do gráfico 4.2, constata-se que a maior parte dos respondentes são os próprios donos das empresas, 2 são gerentes e 1 ocupa outros cargos.

Gráfico 4.2: Quantitativos dos cargos dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em relação a escolaridade dos respondentes foi possível verificar que eles possuem um bom grau de escolaridade, no gráfico 4.3 verifica-se que 3 dos respondentes possuem Ensino Superior Incompleto, 3 possuem Especialização Incompleta, 2 Ensino Superior, 1 Especialização Completa, 1 Ensino Médio.

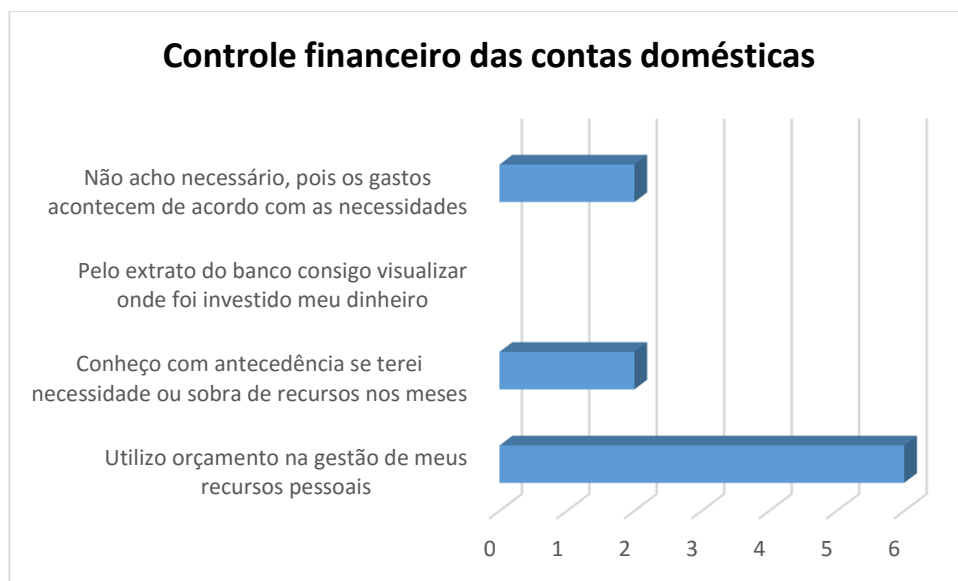
Apesar de não se ter perguntado no questionário sobre qual curso o respondente realizou ou está realizando, infere-se que por ele ter nível de ensino superior ou de maior grau (mesmo que não seja em Administração), ele tem maiores chances de exercer uma melhor gestão na empresa, considerando que o mesmo seja responsável por alguma função que envolva gestão, pois como está adaptado a um ambiente (universidade) que incentiva pesquisas e a busca pelo conhecimento, ele pode procurar entender os conceitos de Administração para aplicar em sua empresa, sobretudo quando se trata do proprietário, visto que, por ter conhecimento certamente este prezarà pela qualificação própria e de seus colaboradores.

Gráfico 4.3: Quantitativo da escolaridade dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

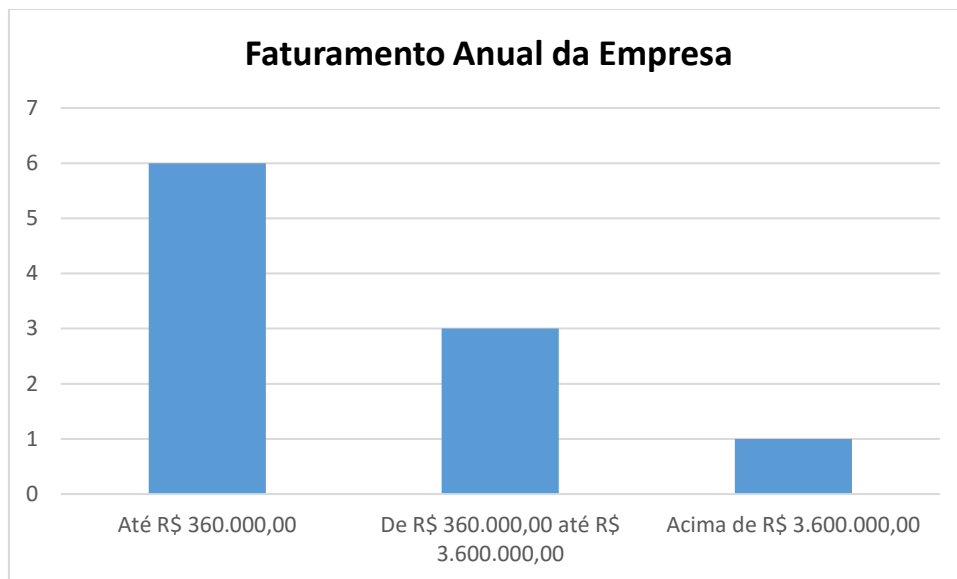
Foi perguntado aos respondentes se eles faziam controle de seu orçamento doméstico, embora 6 deles tenham respondido que utilizam orçamento para manter o controle de suas contas, outros 4 (que é um quantitativo expressivo) dizem não fazer controle de suas finanças pessoais, como podemos observar no gráfico 4.4. Desses 4, ainda existem 2 que dizem conhecer se terão necessidade ou sobra de recursos durante o mês, e outros 2 estão sem nenhum controle, pois afirmam não achar necessário, já que as contas vão surgindo e sendo pagas.

Esta informação levanta o seguinte questionamento: se tais empresários não utilizam nenhuma ferramenta financeira de controle em suas contas domésticas, será que isso também não ocorre na administração financeira de suas empresas? Essa indagação é reforçada a partir do momento que analisa-se o gráfico 4.2, visto que ele informa que 7 dos respondentes são os próprios donos dessas organizações, logo são eles quem mais precisam zelar pelo bom desempenho financeiro de suas empresas, porém se seus hábitos financeiros pessoais são realizados sem controle, possivelmente isso implicará nos padrões estabelecidos enquanto líder de uma organização. Segundo Bitencourt (2004), “uma estruturação organizada e sadia das finanças pessoais determinará a estruturação organizada e sadia da pequena organização”

Gráfico 4.4: Quantitativo do controle financeiro das contas domésticas

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em relação às empresas pesquisadas, todas eram organizações do tipo comércio. Sendo todas de micro e pequeno porte de acordo com o número de funcionários (Sebrae, 2013) que variou entre 3 e 55. Considerando-se o faturamento anual para mensurar o porte das organizações pesquisadas, no gráfico 4.5 percebe-se que elas são de micro (6) e pequeno (3) porte. Uma restante sai do padrão das MPEs, por isso, o critério aqui utilizado para mensurar seu tamanho será o de funcionário proposto pelo Sebrae, pois assim poderá ser realizada 100% da análise de tais empresas.

Gráfico 4.5: Quantitativo do faturamento anual

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

4.2 GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS

Para saber como acontece a gestão financeira nessas organizações foi questionado se existe funcionário exclusivo para tal área, de acordo com as respostas expostas no gráfico 4.6, em 8 dessas organizações não há funcionário dedicado apenas a esta atividade. Esse percentual também foi encontrado na pesquisa de Viana e Gonçalves (2011). Infere-se assim que a gestão financeira não é considerada importante para a estrutura, razão pela qual é realizada pelo próprio gestor ou proprietário. Uma vez que trata-se de empresas de pequeno porte, estas têm limitações em seu orçamento. Isso atribui um peso operacional no dia a dia do empresário que acumula funções.

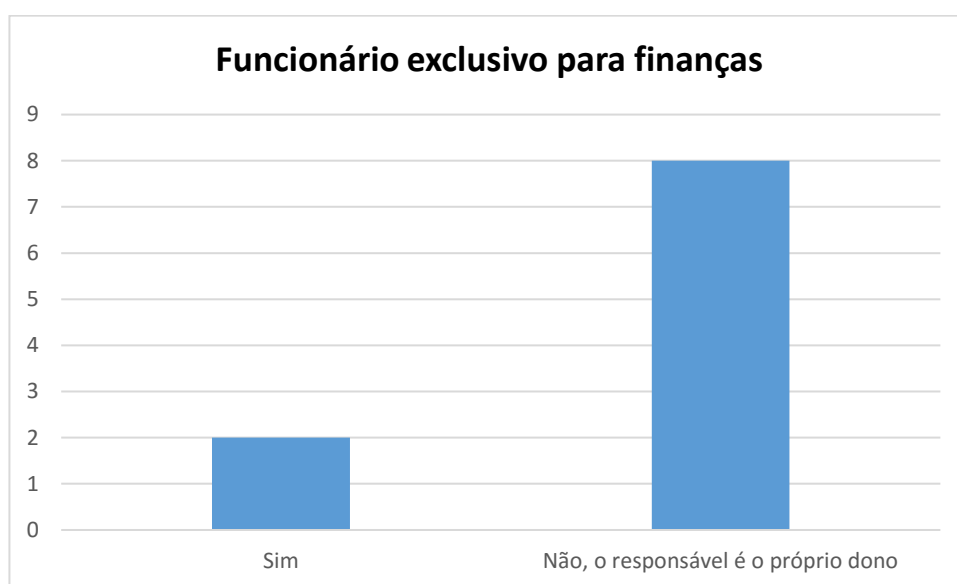
Assim, quando o proprietário ou gestor dedica-se a realizar várias tarefas em diferentes áreas, isso pode ser prejudicial para o bom desenvolvimento da organização, pois gestor ou proprietário não priorizam suas atividades, dessa forma não podem trabalhar de maneira eficiente uma vez que se desdobram para realizar várias tarefas, o que pode prejudicar a “saúde” financeira da organização e por conseguinte as outras áreas que dependem de investimentos.

Não foi possível afirmar se há separação entre finanças pessoais e empresariais, devido à média (3,77) o que indica que a maior parte do grupo dos respondentes nem concorda nem discorda, contudo as organizações que contam com funcionário para finanças

apresentam indicador máximo (5,00) de separação entre finanças pessoais e empresariais. Dada a média de 3,77 subte-se que os respondentes, em sua maioria, não fazem separação entre esses dois tipos de finanças, sendo indiferente à esta separação. Essa característica é prejudicial à organização, pois segundo Silva *et al* (2008) é fundamental para o sucesso de quaisquer empresas a “clara separação entre as contas pessoais do empresário e as do estabelecimento.”

É notável que ter um funcionário exclusivo para a área de finanças pode ser mais vantajoso para a organização, pois ele buscará não envolver os dois tipos de contas, que muitas vezes o proprietário da empresa não tem essa preocupação por achar sem relevância tal prática. Além disso representa um esforço estrutural (variação estrutural) para acolher uma função julgada importante para o desempenho organizacional.

Gráfico 4.6: Quantitativo de funcionário exclusivo para a área de finanças



Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Acerca de conhecer o valor total das receitas obtidas com a venda de produtos a média encontrada foi de 3,88 o que mostra uma indiferença por parte da maioria dessas organizações em relação ao cálculo de tais receitas. A mesma média foi encontrada ao se tratar das despesas relacionadas à comercialização dos produtos, demonstrando mais uma vez a indiferença dessas empresas quanto ao uso de tais controles, indicando que não é utilizado o controle de entradas de recursos. Sendo deficientes a identificação das receitas e despesas, torna-se mais complexo administrar o fluxo de caixa, função indispensável da gestão financeira.

Como consequência dessa negligência, o uso do fluxo de caixa fica comprometido,

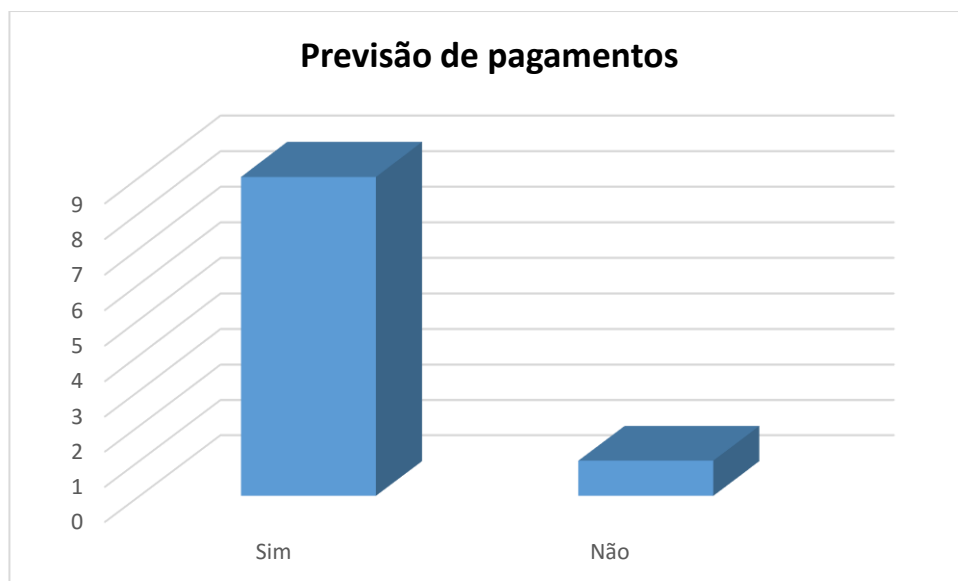
mesmo não sendo conclusivo saber se ele é utilizado ou não, já que a média colocada pelo grupo de respondentes foi de 3,66 indicando que os respondentes não concordam nem discordam. Essa situação foi constatada na pesquisa realizada por Castaldo (2007), a qual observou que na área financeira a complexidade está na consolidação do controle de recursos e nas atividades básicas de finanças: elaboração do fluxo de caixa e formação do preço de venda.

No que se refere ao controle de contas a pagar pode-se averiguar que a gestão financeira não está sendo executada com base nas prescrições técnicas.

Primeiro, o fluxo financeiro entre prazo de pagamento superior ao prazo de recebimento é inconclusivo (as respostas apontam uma média 3,00, ou seja, não concorda nem discorda) indicando que a empresa pode sofrer com prazos de pagamento inferiores aos prazos de recebimento, o que não a possibilitaria cumprir com seus deveres e obrigações dentro dos prazos estipulados pelos fornecedores sem contar com recursos externos às atividades (antecipação de recebíveis, empréstimos etc.) ou capital de giro.

Segundo, as médias encontradas nos prazos de pagamentos que as empresas concedem ao cliente (78 dias) são superiores aos prazos que os fornecedores conferem as empresas (58 dias). Diante disso, fica complicado para as empresas quitarem suas dívidas dentro do prazo combinado com os fornecedores, obrigando a organização a dispor de capital reserva para poder concluir suas obrigações no tempo estabelecido. Dessa forma, o capital de giro tornou-se uma saída plausível para que tais organizações possam pagar suas despesas como mostra o gráfico 4.9.

Apesar de surgirem certas dificuldades no que diz respeito ao controle das contas, as organizações dizem saber a previsão dos pagamentos que devem realizar, verifica-se no gráfico 4.7 que 9 sabem quando deverão pagar suas pendências e apenas 1 não sabe. Dessa forma, é perceptível a gestão não profissional dos gestores, estimando que têm conhecimento de quando deverão pagar suas dívidas, mas não têm controle sobre as mesmas, não usam de estratégias para beneficiar o caixa da organização mediante a movimentação de entradas e saídas.

Gráfico 4.7: Previsão de pagamentos das empresas (salários, impostos, títulos, etc)

Fonte: Dados de Pesquisa (2016)

As empresas concordam que concedem desconto quando os clientes fazem suas compras à vista, chegando a uma média de concordância de 4,44 e dizem saber a previsão de quando receberão dos clientes, chegando a 9 o quantitativo apontado no gráfico 4.8.

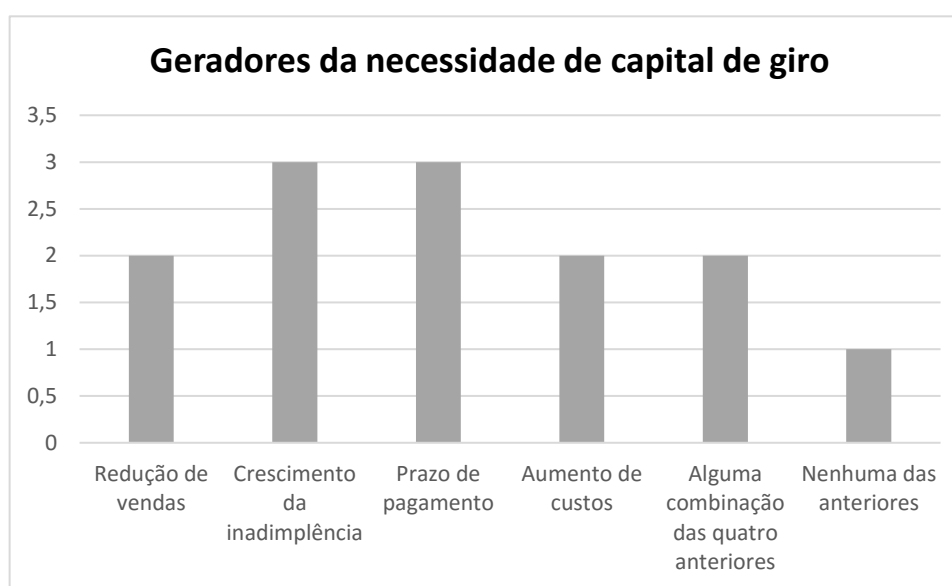
Gráfico 4.8: Previsão de recebimentos (cobranças, depósitos, etc)

Fonte: Autoria própria, 2016

No gráfico 4.9 verifica-se os números relacionados aos geradores da necessidade de capital de giro, destacando-se como mais citados pelas organizações o crescimento da

inadimplência e prazo de pagamento. A inadimplência foi apontada como fator que aumenta a necessidade de capital de giro. Essa situação é a consequência da má gestão das contas a pagar e a receber que não são controladas estrategicamente, pois elas são importantes para manter o capital de giro da organização, sobretudo, quando se trata de utilização de capital próprio.

Gráfico 4.9: Geradores da necessidade de Capital de Giro



Fonte: Dados de Pesquisa (2016)

Apesar da maioria dessas empresas terem inadimplência, as mesmas declararam que raramente recorrem a capital de terceiros para pagar suas dívidas chegando a 7 esse quantitativo, e nenhuma afirmou recorrer sempre a esse tipo de capital. Foi perceptível que os quantitativos em relação a recorrência a capital de terceiros se deram de maneira pouca expressiva, como se visualiza no quadro 4.4, indicando que os empresários preferem se resguardar na busca por esse tipo de capital porque o mesmo pode trazer riscos altos, uma vez que geralmente se contrai empréstimos de grande valor para investir na organização, entretanto esse investimento deve render fluxos futuros para cobrir tal empréstimo. Parte desse comportamento de não buscar recursos externos é motivado pela falta de gestão, pois não se tem informações para subsidiar o processo decisório.

Tais empresas dizem não recorrer constantemente (sempre) a capitais de terceiros, em contrapartida 3 usam sempre o capital próprio, e isso mostra que é preferível ao gestor recorrer a este tipo de capital porque não terá a obrigação de gerar fluxos futuros para cobrir a dívida que foi feita mediante o capital adquirido.

Quadro 4.4: Recorrência a capital próprio e de terceiros

Frequência	Recorrência a cap. de terceiros	Recorrência a cap. próprio
Sempre	0	3
Quase sempre	2	1
Raramente	7	4
Nunca	1	2

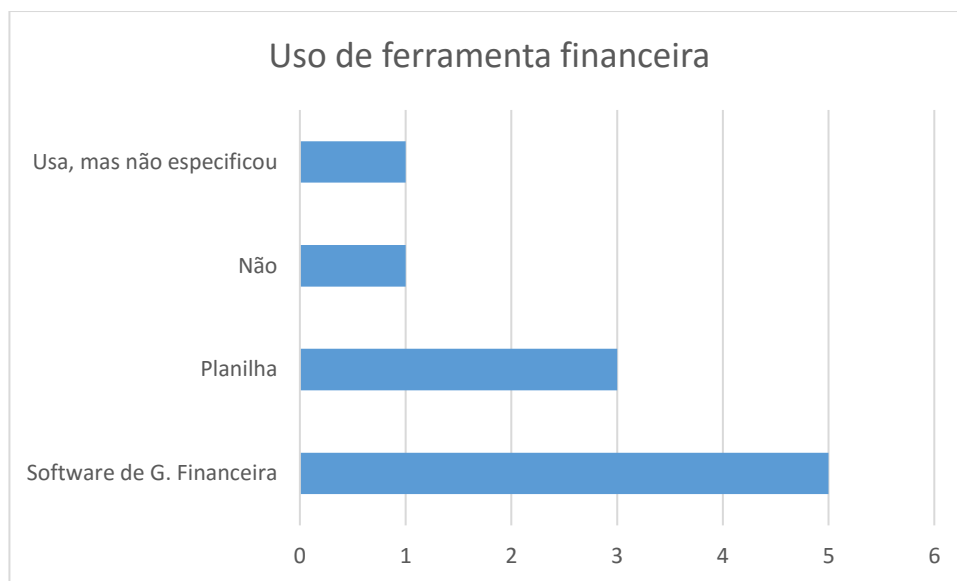
Fonte: Dados de Pesquisa (2016)

Em relação a análise da situação financeira das empresas foi possível perceber que não ocorre um acompanhamento sistemático dos resultados, pois a média do grupo de respondentes em relação ao acompanhamento dos resultados mostrou-se inexpressiva (3,77), bem como o cálculo da margem de lucro gerada por cada produto ou departamento que ficou com uma média de 3,33 apontando para um uso escasso desses importantes índices que podem levar o administrador a ter uma real visão das circunstâncias financeiras nas quais se encontram sua empresa.

Outro fator importante é o cálculo do ponto de equilíbrio, que obteve uma média de 3,22 mostrando-se indiferente quanto a sua realização pela maioria dos respondentes. Tal resultado indica a falta de análise financeira, uma vez que caso não se tenha conhecimento se receitas estão menores ou maiores que as despesas, não será possível criar um planejamento de acordo com sua real necessidade.

Nos dados do gráfico 4.10 percebe-se que 6 empresas usam algum tipo de *software*, 3 usam planilhas (excel) e 1 não usa nenhum tipo de ferramenta para controlar suas finanças. Embora perceba-se que 7 usem dois tipos de ferramentas eletrônicas, ao mesmo tempo quando observados os resultados em relação ao controle financeiro (comentado anteriormente) fica evidente que as organizações não os praticam, podem até guardar os números de entradas e saídas, entre outros, mas não fazem uma avaliação a fim de verificar como se encontram de fato as finanças organizacionais e planejar futuras mediadas a serem tomadas.

Ter um sistema financeiro não quer dizer saber utilizá-lo de maneira eficiente. Para Longenecker, Moore e Petty (1997) os pequenos empresários encontram dificuldades na operação dos sistemas contábeis, visto que não acham necessário realizar controle constantemente, por julgarem acompanhar diariamente as etapas operacionais da organização.

Gráfico 4.10: Quantitativo do uso de ferramentas financeira

Fonte: Dados de Pesquisa (2016)

Acerca do controle dos estoques conclui-se que é praticado, pois a média gerada pelas respostas foi de 4,22 chegando próximo a média máxima (5,00). Essa prática é extremamente importante uma vez que considerando o estoque um dos principais ativos das empresas comerciais, então controlá-los é essencial para evitar a realização de compras adicionais e consequentemente a aumentar o volume de contas a pagar e comprometimento de fluxos futuros.

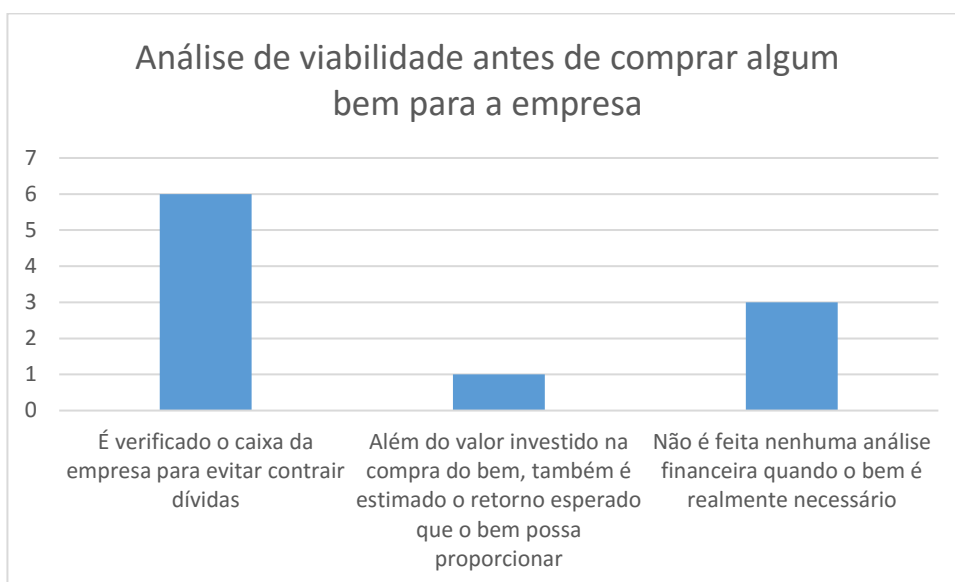
O orçamento é utilizado pela maioria das empresas, visto que a média de concordância de utilização foi de 4,00. Além disso 9 dos respondentes, como está exposto nos gráficos 4.7 e 4.8, afirmaram que nas suas organizações é feita a previsão de pagamento e recebimento, sendo esses dois aspectos essenciais no estabelecimento do orçamento a fim de comparar pagamentos e recebimentos futuros para não correr o risco de deixar o caixa sem reservas (GROPPELLI, 2010). Embora os empresários tenham respondido que nas suas organizações utilizam o orçamento. A veracidade desta informação fica comprometida ao analisar-se o gráfico 4.4 (Percentual do controle financeiro das contas domésticas), pois 4 dos empresários não utilizam essa ferramenta na vida privada.

Sobre planejamento as empresas ficaram com um índice de 3,44 não sendo possível dizer se praticam planejamento ou não, contudo quando se visualiza as médias em relação a conhecimento das despesas de comercialização de produtos (3,88) e se é feito o cálculo do ponto de equilíbrio (3,22) percebe-se que as empresas estão indiferentes a fazer ou não fazer,

indicando que o planejamento é uma das principais dificuldades nas micro e pequenas empresas.

O gráfico 4.11, aponta para falta de planejamento, pois apenas 1 empresa que além de fazer análise do valor investido na compra de um bem, estima-se também o retorno que o bem pode proporcionar, ou seja uma quantidade pouco expressiva. Outras 6 e 3 verificam o caixa da empresa para evitar dívidas e não fazem nenhuma análise quando o bem é realmente necessário, respectivamente. Diante disso, percebe-se que não existe um planejamento prévio para evitar possíveis dificuldades futuras devido a investimentos mal ou nunca analisados e tais empresas podem perder receitas por não estimarem os valores que os bens adquiridos podem trazer à empresa.

Gráfico 4.11: Quantitativo das empresas que fazem análise de viabilidade antes de comprar algum bem



Fonte: Dados de Pesquisa (2016)

Por fim, constata-se que de fato a falta de planejamento é um sério problema que assola essas organizações, como foi exposto anteriormente, as MPEs deixam de utilizar vários instrumentos que são essenciais para se analisar a situação financeira da organização e planejar meios para se alcançar o desempenho almejado, fato esse apontado em várias pesquisas como as de Leone (1999), Ferreira *et al* (2008), Albuquerque e Filho (2011), IBPT (2013).

5. CONCLUSÕES

Tendo em vista o conteúdo bibliográfico e empírico exposto nesta pesquisa, foi possível alcançar seu objetivo geral, que foi entender as práticas de gestão financeira em micro e pequenas empresas de Garanhuns/PE.

Por meio desse estudo pode-se verificar que as micro e pequenas empresas dispõem de proprietários/gerentes com instrução acadêmica, pois a maior parte tem Ensino Superior ou Especialização.

Observou-se que as organizações não dispõem de um funcionário exclusivo para finanças, situação que compromete o desempenho financeiro da organização, bem como a ausência de tal funcionário sobrecarrega o proprietário que na maioria das vezes é o responsável por diversas tarefas. É relevante destacar que as empresas, as quais possuem funcionário dedicado especificamente às finanças, apresentaram um importante fator para a eficiência financeira: existe a separação entre contas pessoais e empresariais dentro da organização. Contudo, as empresas que não têm um funcionário exclusivo não realizam tal separação, visto que o proprietário é o responsável.

Apesar do fluxo de caixa ser um importante instrumento para acompanhar as movimentações financeiras da empresa, nesta pesquisa observou-se que os gestores ficaram indiferentes quanto ao uso do fluxo de caixa. Resultado que mostra a falta de controle das contas e portanto existe uma forte tendência para uma tomada de decisões acessando outra base informacional que não os registros financeiros. Foi constatado que as organizações concedem aos clientes prazos de pagamentos maiores do que aqueles concedidos pelos fornecedores, decisão um tanto quanto arriscada, pois caso não haja capital reserva fica comprometido o pagamento dos fornecedores antes de receber dos clientes.

A inadimplência foi apontada como uma das maiores necessidades de capital de giro. Tal fato pode ocorrer como consequência de não existir um acompanhamento efetivo do fluxo de caixa, que dirá que como se encontra a situação financeira da empresa. Também a necessidade de capital de giro existe devido aos prazos que são concedidos, como citado no parágrafo anterior, bem como pelos próprios respondentes (Gráfico 4.9).

Destaca-se que a maioria das organizações possuem ferramentas financeiras que auxiliam na manutenção dos dados, tais como software específico para finanças, excel ®. Embora disponha destas ferramentas, diante do exposto, infere-se que os subsídios concedidos por estas ferramentas não são utilizados de maneira analítica, com o objetivo de

fazer com que a organização se mobilize estrategicamente quanto aos recursos disponíveis, uma vez que o planejamento não foi assimilado como uma prática recorrente entre essas organizações.

Apesar do número de respondentes ter uma quantidade satisfatória para atingimento do objetivo da pesquisa, como limitação pode-se ressaltar o tamanho da amostra considerada de pequena proporção se comparada com a quantidade de empresas existentes no Brasil. Outra limitação está no tipo de empresas analisadas, que foram apenas do tipo comércio.

Como sugestão para novas agendas de pesquisas propõe-se a inserção de empresas do tipo indústria e serviço, bem como maior quantitativo de empresas de diferentes localidades. Além disso, se torna relevante verificar como ocorre a análise dos resultados adquiridos por meio desses instrumentos financeiros na tomada de decisão dessas empresas.

5.1. LIMITAÇÕES E OPORTUNIDADES

Tendo em vista que o Brasil é um país de extenso território, por conseguinte possui estados enormes, ainda que se realizasse esta pesquisa em todo estado de Pernambuco, o quantitativo da amostra não seria suficiente para apontar com precisão as características das práticas de finanças em micro e pequenas empresas que existem em todo território nacional a partir da amostra, considerando que existem milhares de micro e pequenas empresas no país, uma vez que segundo o IBTP (2013) elas correspondem a 85% do total das empresas em atividade e são responsáveis por expressiva parte do PIB (Sebrae, 2014). Logo, esta situação caracteriza-se como uma limitação deste trabalho. No entanto, mesmo dispondo de uma amostra considerada pequena, este estudo aponta em seus resultados as mesmas situações encontradas em outras pesquisas citadas no referencial teórico.

Diante das pesquisas bibliográficas deste estudo foi possível constatar que as micro e pequenas empresas enfrentam dificuldades em diversas áreas da administração. E nos resultados percebe-se que a gestão financeira dessas organizações é precária, pois encontra-se com baixos índices de utilização de ferramentas que são essenciais para manter a vitalidade financeira da organização.

Sendo assim, uma oportunidade identificada seria a implantação de uma extensão universitária para dar apoio a esses empresários que em sua maioria não tem instrução suficiente para gerir suas finanças de maneira planejada e organizada. Seria vantajoso se

alunos dos cursos de Administração ou Contabilidade ministrassem palestras, cursos, colóquios, etc., a fim de instruir os micro e pequenos empresários, isso seria de grande proveito para tais gestores, que obteriam conhecimento para melhorar suas práticas de finanças e ao mesmo tempo seria profícuo para os estudantes que iriam aplicar seus conhecimentos acadêmicos na realidade das organizações, se preparando para o mercado de trabalho de maneira teórico-empírica.

Além dessa oportunidade, seria relevante em futuras pesquisas incluir empresas de serviço e indústria, uma vez que neste estudo foram analisadas apenas empresas do tipo comércio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F.; FILHO, E. E. **Fatores de Mortalidade de Pequenas Empresas: uma Análise da Produção Acadêmica no Período 2000-2010**. V Encontro de Estudos em Estratégia. Anpad. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2011/2011_3ES83.pdf> Acesso em: 16 Ago. 2016

AZEVEDO, J. G.; LEONE, R. J. G.; **Práticas de gestão financeira em micro e pequenas empresas: um estudo descritivo em indústrias de castanha de caju do Estado do Rio Grande do Norte**. Revista de Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 55-83. Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiEqdbEpd3OAhVECpAKHYUMBjoQFghCMAc&url=http%3A%2F%2Fwww.unifor.br%2Findex.php%2Fca%2Farticle%2Fdownload%2F3221%2Fpdf&usg=AFQjCNF3i1KMrPs4_xW3WMUyoZU4BkMMiw&sig2=pGKi_rMPTW9TOBQayfDgIg> Acesso em: 30 Ago. 2016.

BARAGLIO, G. F. **O Desemprego no Brasil e Seus Desafios éticos e Educacionais**. Clube de Autores, Joinville-SC, 2008, 36 p.

BATTISTELLA, L. F. *et al.* A experiência vivida da falência: O ser falido e suas múltiplas derrotas. **Perspectivas Contemporâneas-Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. Campo Mourão, v. 7, n. 2, p. 53-82, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/708/454>> Acesso em: 24 Ago. 2016

BITENCOURT, C. M. G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 86 f. Dissertação (Mestrado profissional em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6506/000486157.pdf?sequence=1>> Acesso em: 02 de Nov. 2016.

BORGES, L. F. M.; LEAL, E. A.; **Contabilidade Gerencial: a Utilização das Informações Contábeis Gerenciais Pelos Gestores das Micro e Pequenas Empresas**. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ww.aedb.br/seget/artigos12/36416335.pdf>>. Acesso em: 30 Ago. 2016.

BRANDÃO, R. K. S. *et al.* **Gestão Financeira das Mpe's em Caratinga/MG**. Simpósio em excelência de gestão e tecnologia - X SEGeT. 2013. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/29918477.pdf>>. Acesso em: 08 Set. 2016.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Carga Tributária Bruta atinge 33,47 % do PIB em 2014**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2015/outubro/carga-tributaria-bruta-atinge-33-47-do-pib-em-2014>>. Acesso em: 11 Ago 2016

BRASIL, Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**. Brasília, DF, 14 de Dezembro de 2006.

CASTALDO, Gilmar. **Análise de micro e pequenas empresas**. 2007. 50 f. Monografia (MBA - Gestão em negócios financeiros), Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Farroupilha/RS. 2007.

DRESCH, M. **Análise e concessão de crédito para micro e pequenas empresas**. 66 f. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FAE BUSINESS SCHOOL. **Finanças empresariais**. São Paulo: Gazeta do Povo, 2002. 88p.

FERREIRA, L.F.F. *et al.* **Fatores Associados à Mortalidade Precoce de Micro e Pequenas Empresas da Cidade de São Paulo**. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO-C727.pdf>> Acesso em: 16 Ago. 2016.

FERREIRA, C. C.; MACEDO, M. A. S.; SANT'ANNA, P. R.; LONGO, O. C.; BARONE, F. M. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 863-884, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2417/gestao-de-capital-de-giro--contribuicao-para-as-micro-e-pequenas-empresas-no-brasil>>. Acesso em: 30 Ago. 2016.

FURLAN, E.; CASSINGA, C. R. **A importância do controle financeiro em micro e pequenas empresas: estudo de caso em uma empresa de calçados e vestuários**. Monografia. 39 f. Faculdade Cenecista de Capivari. São Paulo. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. Atlas: São Paulo, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. Tradução Técnica: Antônio Zorato Sanvicente. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GROPPELLI, A. A. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

IBPT, Programa de Assessoramento Intensivo. **Causas de desaparecimento das micro e pequenas empresas**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

JODARTE, J. R.; MUYLDER, C. F.; ASSIS, A. P. S.; **Evolução de abordagens teórico financeiras aplicadas às MPes**: Um estudo exploratório nos anais do EnAnpad de 2004 a 2008. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Enegep. Bahia, 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_104_691_13302.pdf>. Acesso em: 09 Set. 2016.

LAPPONI, J. C. **Projetos de Investimentos na Empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEONE, N. M. C. P. G. **As especificidades das pequenas e médias empresas**. Revista de Administração, v. 34, n. 2, p. 91-94, 1999. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18123/as-especificidades-das-pequenas-e-medias-empresas>> Acesso em: 23 Ago. 2016.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MAGALHÃES, C. V. E. **O enfrentamento do desemprego**: experiências e vivências de trabalhadores desempregados de Porto Alegre. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul. 2007.

MUNIZ, N. P.; SCHWARZ, M. O. M.; SIQUEIRA, J. R. M. **Finanças aplicadas à micro e pequenas empresas**: Um levantamento na produção acadêmica do EnAnpad do período de 2000 a 2007. Sistema Semead. Rio de Janeiro, 2009?. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/33.pdf>>. Acesso em: 07 Set. 2016.

NASCIMENTO, M. *et al.* Fatores determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 2, p. 244-283, 2013.

NETO, A. A. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NETO, A. C. S. **Fatores que influenciam na sobrevivência das micro e pequenas empresas: a gestão eficaz do capital de giro**. 2011. 96 f. Dissertação. (Mestrado em Administração de Empresas). Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista - Faculdade Campo Limpo Paulista – FACCAMP. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.faccamp.br/site/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/2011/04abril/AndersonCastroSoaresNeto/dissertaCAo.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2016.

NETO, A. I.; JUNIOR, I. C. **Classificação das principais dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas (PMEs)**. XIII SIMPEP. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/539.pdf> Acesso em: 18 Ago. 2016.

RIBEIRO, H. C. M.; CORRÊA, R.; SOUZA, M. T. S. Perfil e evolução do tema pequenas e médias empresas em periódicos brasileiros: uma análise bibliométrica. **Revista Gestão Organizacional**, v. 5, n. 2, p. 242-258, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10340/perfil-e-evolucao-do-tema-pequenas-e-medias-empresas-em-periodicos-brasileiros--uma-analise-bibliometrica>> Acesso em: 24 Ago. 2016.

SANTOS, M. S.; FERREIRA, M.A. M.; FARIA, E. R.; **Gestão Financeira de Curto Prazo: Características, Instrumentos e Práticas Adotadas por Micro e Pequenas Empresas**. Revista de Administração da UNIMEP, v. 7, n.3. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/145>> . Acesso em: 30 Ago. 2016.

SANTOS, E. J. A. **Gestão do Capital de Giro nas Micro e Pequenas Empresas: Um estudo sobre a importância da escolha das fontes de financiamento na Rede de Supermercados Paraíba**. Monografia. 63 f. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, João Pessoa, 2009.

SEBRAE. **Análise e Planejamento Financeiro** – Manual do Participante. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/0_fluxo-de-caixa.pdf>. Acesso em: 31 Ago. 2016.

_____. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 6. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF; DIEESE, 2013.

Disponível: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf>. Acesso em: 05 Set. 2016.

_____. **Entenda e calcule corretamente a margem de lucro**. Brasília, 2015. Disponível: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-e-calcule-corretamente-a->

margem-de-lucro,f2bbca017749e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 31 Ago. 2016.

_____. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** Desenvolvimento. Mato Grosso, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> Acesso em: 11 Ago. 2016.

_____. **O que é fluxo de caixa?** Gestão Financeira. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Fluxo%20de%20Caixa.pdf>>. Acesso em: 08 Set. 2016.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Unidade de Gestão Estratégica – UGE. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em: 16 Ago. 2016.

SILVA, F.C. *et al.* **Caracterização das Práticas Gerenciais em Pequenas Empresas: Fundamentação de Elementos Internos por Meio da Metodologia de Diagnóstico.** XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO-C2226.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

SOUZA, A. S. *et al.* Gestão financeira em empresa familiar de pequeno porte do ramo de roupas em Embu das Artes. **Revista de Administração.** v. 13. n. 23. p.21-35. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/viewFile/1551/1962>>. Acesso em: 07 Set. 2016.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005

VIANNA, A. F.; GONÇALVES, J. P. G. **Análise do Perfil da Gestão Financeira Realizada Pelas Micro e Pequenas Empresas da Cidade de Itajubá.** VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/31814297.pdf>> Acesso em: 30 Ago. 2016.

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS MPES DE GARANHUNS

Questionário

Dados pessoais do respondente do questionário

1. Idade:

- | | | | |
|-----------------|---------------------|-----------------|-----------------|
| a) 18 a 25 anos | b) 26 a 35 anos | c) 36 a 45 anos | d) 46 a 55 anos |
| | e) Acima de 55 anos | | |

2. Escolaridade:

- | | | |
|----------------------------------|----------------------|-------------------------------|
| a) Ensino Fundamental Incompleto | b) Médio d) Superior | c) Superior e) Especialização |
|----------------------------------|----------------------|-------------------------------|

3. Qual o cargo que ocupa na empresa?

- a) Proprietário
b) Gerente
c) Outras: _____

4. Você costuma praticar controle financeiro das contas domésticas?

- a) Utilizo orçamento na gestão de meus recursos pessoais
b) Conheço com antecedência se terei necessidade ou sobra de recursos
c) Pelo extrato do banco consigo visualizar onde foi investido meu dinheiro, por meio dele sei quanto gastei e quanto me sobra de recursos
d) Não acho necessário, pois os gastos acontecem de acordo com as necessidades que surgirem

Dados da empresa

5. Indique o tipo de sua empresa:

- | | | |
|--------------|-------------|------------|
| a) Indústria | b) Comércio | c) Serviço |
|--------------|-------------|------------|

6. Informe o faturamento anual da sua empresa:

- a) Até R\$ 360.000,00
b) R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00
c) Acima de R\$ 3.600.000,00

7. Informe o número de funcionários da sua empresa: _____

Questões sobre a gestão financeira da empresa

8. A empresa dispõe de funcionário (s) exclusivo (s) para administrar as finanças da empresa?

- a) Sim b) Não, pois o responsável é o próprio dono

9. Sempre tomo o cuidado de fazer separação entre as finanças pessoais e as finanças da empresa:

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

10. Conheço o valor total das receitas das obtidas com a venda de produtos ou serviços.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

11. Conheço as despesas relacionadas a produção e comercialização dos produtos ou serviços prestados pela empresa.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

12. O fluxo de caixa é muito utilizado na gestão financeira da empresa.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

13. Nas compras à vista, ao cliente é concedido desconto.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

14. O prazo para pagamento é superior ao prazo de recebimento.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

15. Qual o prazo médio que os fornecedores dão a sua empresa? Indique a quantidade de dias.

16. Qual o prazo médio que a sua empresa concede para os clientes? Indique a quantidade de dias.

17. A empresa possui a previsão dos recebimentos (cobranças, depósitos, etc.) que vão entrar no caixa amanhã, na próxima semana, no próximo mês?

- a) Sim b) Não

18. A empresa possui a previsão dos pagamentos (salários, títulos, impostos, etc) a serem efetuados na próxima semana, no próximo mês?

- a) Sim b) Não

19. Quais desses fatores você considera serem maiores geradores da Necessidade de Capital de Giro?

- a) redução de vendas b) crescimento da inadimplência c) prazo de pagamento
 d) aumento de custos e) alguma combinação dos quatro fatores anteriores
 f) nenhuma das anteriores

20. Com que frequência a empresa recorre a capital de terceiros?

- a) Sempre (semanalmente) b) Quase sempre (mensalmente) c) Raramente
 d) Nunca

21. Com que frequência a empresa recorre ao capital próprio (aumento de capital ou retenção de lucros)?

- a) Sempre b) Quase sempre c) Raramente d) Nunca

22. Acompanho os resultados (lucro/prejuízo) da empresa a fim de saber sua real situação financeira.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

23. É calculada a margem de lucro gerada pelo produto, bem como sabe-se qual é o mais vendido.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

24. Realizo o controle de controle?

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

25. Utilizo orçamento de caixa para comparar os recebimentos de caixa futuros com os pagamentos de caixa futuros numa base mensal a fim de determinar o excesso ou falta de caixa mensal.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

26. É realizado um planejamento financeiro (em termos de aumento da produção, crescimento de faturamento, novos produtos, etc.).

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

27. Antes de comprar algum bem para a empresa é feita uma análise de viabilidade?

- a) Não é feita nenhuma análise financeira quando o bem é realmente necessário
 b) É verificado o caixa da empresa para evitar contrair dívidas

c) Além do valor investido na compra do bem, também é estimado o retorno esperado que o bem possa proporcionar

28. O ponto de equilíbrio é calculado para saber quanto será preciso vender a fim de manter receitas em igualdade com despesas e custos.

Concordo totalmente 1 2 3 4 5 Discordo totalmente

29. Sabe-se quanto cada departamento contribui para o faturamento da sua empresa?

- a) Minha empresa não possui departamentos
- b) Não conheço a contribuição individual de cada departamento
- c) Sei apenas quanto é investido em cada departamento
- d) Sei quanto é investido e quanto gera de receita cada departamento

30. Atualmente a empresa utiliza alguma ferramenta para fazer o controle financeiro da sua empresa?

- a) Não utilizo nenhuma ferramenta
- b) Utilizo apenas papel e caneta
- c) Utilizo planilhas eletrônicas como o Excel
- d) Utilizo software específico de gestão financeira instalado no meu computador
- e) Utilizo software específico de gestão financeira pela internet (web)